



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

CONTROLE DO DESMATAMENTO E ENFRENTAMENTO DO CRIME AMBIENTAL NA AMAZÔNIA:

Seis prioridades estratégicas
para o novo ciclo político

Os avanços observados entre 2023 e 2026 indicam que o Brasil recuperou capacidades institucionais fundamentais para a redução do desmatamento e enfrentamento dos crimes ambientais. A continuidade dessa trajetória exigirá uma mudança de enfoque. Se o período recente foi marcado pela reconstrução da ação estatal, o próximo ciclo deverá ser orientado pela transformação estrutural da governança ambiental, de forma a consolidar os avanços alcançados, fortalecer sua resiliência diante de pressões políticas e econômicas e construir um modelo capaz de enfrentar as dinâmicas sistêmicas que sustentam o desmatamento e os crimes ambientais, ao mesmo tempo em que promove uma economia compatível com a floresta em pé.

*É nesse contexto que o **Instituto Igarapé** apresenta **seis prioridades estratégicas** para o novo ciclo político.*

1

Transformar a redução do desmatamento em uma política de Estado

Os resultados obtidos entre 2023 e 2026 demonstram que a redução do desmatamento ilegal e dos crimes ambientais depende menos de iniciativas isoladas e mais da capacidade do Estado de coordenar políticas públicas complexas. A continuidade desses avanços exigirá institucionalizar essa agenda como uma prioridade transversal do governo, fortalecendo mecanismos permanentes de coordenação entre ministérios, órgãos federais, estados e municípios e assegurando maior coerência entre políticas ambientais, econômicas, fundiárias, de infraestrutura e segurança pública.

Essa consolidação também depende da capacidade de preservar estabilidade institucional e construir maior convergência entre os diferentes Poderes. A sustentabilidade da política ambiental e do enfrentamento aos crimes ambientais passa não apenas pela ação do Executivo, mas também pela articulação com o Congresso Nacional, o sistema de justiça e os órgãos de controle, reduzindo o risco de retrocessos regulatórios que comprometam os avanços alcançados.

2

Evoluir do comando e controle para uma estratégia sistêmica de enfrentamento às economias ilícitas

A reconstrução da capacidade de fiscalização foi condição indispensável para reverter o avanço do desmatamento. Entretanto, os mercados ilícitos associados à ocupação ilegal da Amazônia e ao aumento da violência tornaram-se progressivamente mais sofisticados, diversificados e financeiramente estruturados. Enfrentar essa nova realidade exige complementar a atuação territorial com estratégias voltadas à desarticulação dos sistemas econômicos que sustentam essas atividades.

Isso significa fortalecer inteligência, interoperabilidade de sistemas, investigação financeira, análise de risco, rastreabilidade de cadeias produtivas e atuação coordenada entre órgãos ambientais, segurança pública, instituições financeiras, agências reguladoras e sistema de justiça. Em outras palavras, a política pública deve deixar de responder apenas às manifestações territoriais da ilegalidade e criminalidade para atuar sobre as estruturas que financiam, organizam e perpetuam este cenário.

3

Consolidar capacidades estatais permanentes nos territórios prioritários

A recomposição institucional promovida desde 2023 representou um passo decisivo para recuperar a capacidade de atuação do Estado. O desafio dos próximos anos será transformar esse processo de reconstrução em capacidades permanentes, com financiamento estável, recursos humanos qualificados, infraestrutura adequada e presença contínua nos territórios mais vulneráveis.

Essa consolidação envolve não apenas o fortalecimento dos órgãos ambientais federais, mas também das instituições responsáveis pela segurança pública, inteligência, regulação e gestão territorial, especialmente nos estados da Amazônia Legal. Da mesma forma, requer ampliar a capacidade de implementação das sanções administrativas, assegurar a permanência da atuação estatal após operações de fiscalização e fortalecer mecanismos de responsabilização administrativa, civil e penal capazes de reduzir a impunidade associada aos crimes ambientais.

4

Consolidar a integridade ambiental como princípio estruturante das cadeias econômicas

A redução duradoura do desmatamento ilegal depende da diminuição dos incentivos econômicos associados às atividades ilícitas. Para isso, torna-se necessário fortalecer mecanismos de integridade capazes de aumentar a transparência, a rastreabilidade e a responsabilização ao longo das cadeias produtivas associadas ao uso da terra, da mineração e da exploração florestal.

O aprimoramento da governança dessas cadeias requer acelerar a integração entre sistemas de informação, ampliar a qualidade dos registros territoriais, promover maior transparência, consolidar mecanismos de diligência e fortalecer instrumentos regulatórios capazes de reduzir oportunidades para fraude e lavagem de produtos provenientes de atividades ilegais. Mais do que aperfeiçoar controles individuais, trata-se de construir um ambiente institucional que dificulte sistematicamente a inserção da ilegalidade na economia formal.

5

Transformar a floresta em pé em uma estratégia de desenvolvimento

Embora o fortalecimento do comando e controle continue sendo indispensável, sua sustentabilidade depende da expansão de alternativas econômicas capazes de gerar renda, investimentos e oportunidades compatíveis com a conservação da floresta. O desafio do próximo ciclo será transformar a bioeconomia, a restauração florestal, os mercados de ativos ambientais e outros instrumentos de desenvolvimento sustentável em componentes estruturantes da estratégia de desenvolvimento da Amazônia.

Isso exige consolidar instrumentos públicos de financiamento, garantir a implementação das estratégias nacionais já aprovadas, fortalecer mecanismos de monitoramento territorial e assegurar que investimentos em infraestrutura, logística e desenvolvimento regional estejam alinhados aos objetivos de conservação, evitando que políticas setoriais produzam incentivos contraditórios ao combate ao desmatamento.

6

Consolidar a liderança brasileira nas agendas internacionais de clima, natureza e segurança com impacto na Amazônia

Os avanços alcançados na redução do desmatamento reposicionaram o Brasil como um ator central na agenda internacional de clima, biodiversidade e proteção das florestas. Desde 2023, o Brasil foi fundamental não apenas para articular a temática do desmatamento e crimes ambientais na agenda internacional climática, mas também para levar temas ambientais a espaços internacionais voltados à cooperação em questões de crime e segurança. Preservar essa liderança dependerá da manutenção deste protagonismo diplomático, da implementação consistente dos compromissos assumidos pelo país, da mobilização de financiamento internacional e do fortalecimento dos mecanismos de cooperação regional.

Ao mesmo tempo, a política externa pode desempenhar papel estratégico na consolidação da agenda doméstica, ampliando oportunidades para financiamento, cooperação técnica e jurídica, integração regional e fortalecimento das capacidades nacionais necessárias para sustentar a transição para uma economia de baixo carbono compatível com a conservação da Amazônia.